

COMISSÃO DE SEGURIDADE SOCIAL E FAMÍLIA

SUBSTITUTIVO AO PROJETO DE LEI Nº 1.091, DE 2003

Dispõe sobre a implantação de programa de orientação à mulher em caso de aborto autorizado legalmente.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Os hospitais da rede pública e privada deverão implantar programa de orientação à mulher que se submeterá à prática do aborto autorizado por lei.

§ 1º O programa referido no *caput* deverá incluir ações voltadas para o esclarecimento da mulher sobre os métodos utilizados e sobre os efeitos físicos e psicológicos decorrentes do aborto, além da apresentação da possibilidade da adoção pós-parto do recém-nascido.

§ 2º É facultada a presença de padre, pastor ou outro representante religioso, desde que solicitada pela mulher participante do programa.

Art. 2º Somente poderá participar do programa a mulher que tiver assinado termo de consentimento informado, após ter recebido todas as informações, de forma clara e detalhada, sobre o conteúdo e objetivos do programa, de forma a decidir livremente sobre a sua participação.

Parágrafo único. Em caso de a mulher não ter capacidade civil plena, o termo de consentimento deverá ser assinado por seu

representante legal.

Art. 3º O Juizado da Criança e do Adolescente deverá ser comunicado sempre que houver a concordância da mulher em participar do programa, para, quando for o caso, auxiliar e promover a adoção do recém-nascido.

Art. 3º O descumprimento do disposto nesta Lei configura infração sanitária, sujeitando os infratores às penalidades previstas na legislação vigente.

Art. 4º O Poder Executivo regulamentará o disposto nesta Lei no prazo de 90 (noventa) dias, contados da data de publicação.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão, em de de 2004.

Deputado JOSÉ LINHARES
Relator